

Brasil

Educação

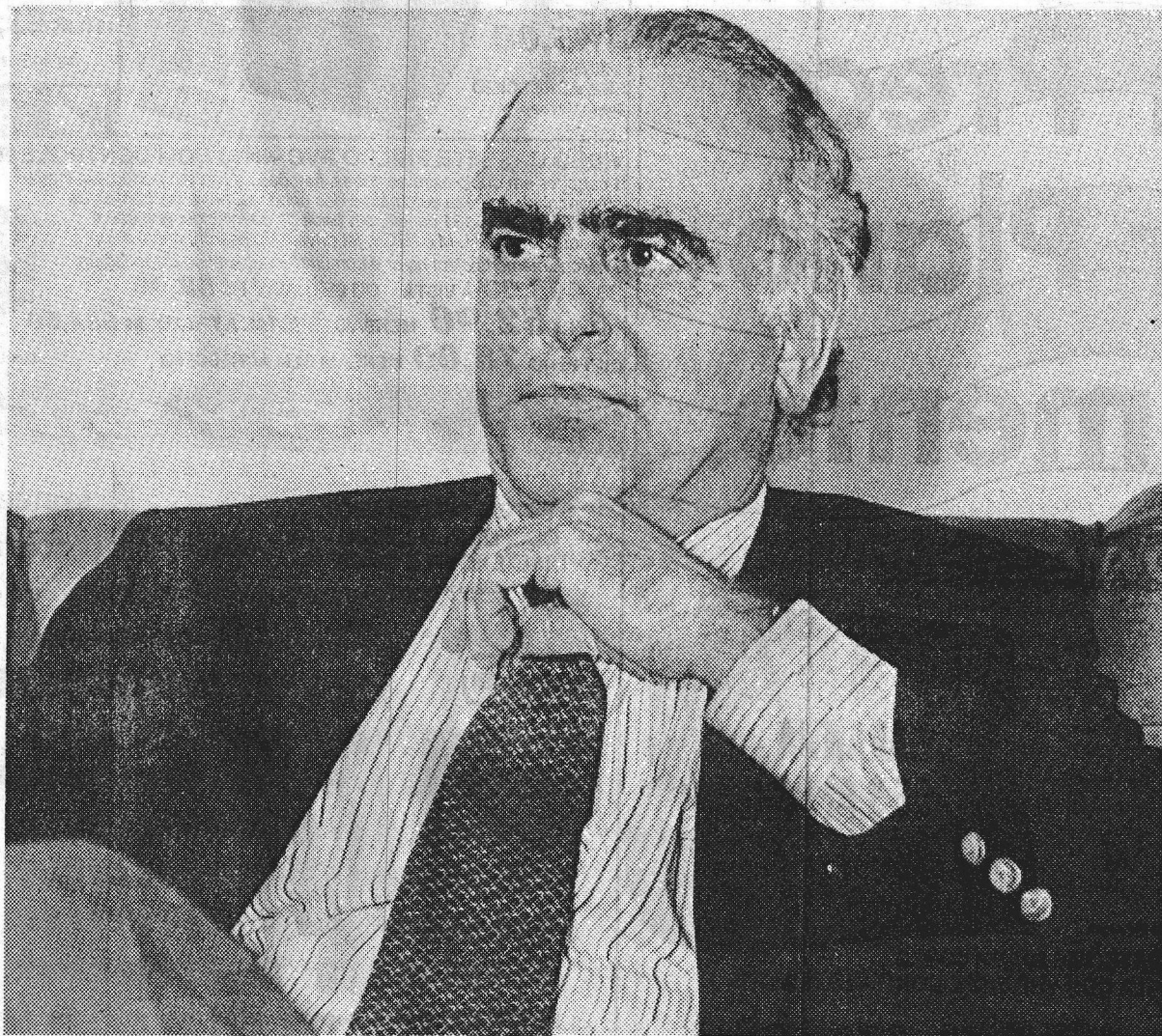
Sociedade vai controlar verbas de escolas

■ Só colégios com associações de pais receberão recursos

BRASÍLIA — O Ministério da Educação só vai repassar os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas estaduais com mais de 150 alunos que já tenham sua associação de pais e mestres e a caixa escolar. O ministro Paulo Renato disse ontem, em reunião extraordinária do Conselho Nacional de Secretários Estaduais, que a sociedade precisa participar mais da gestão desses recursos. Este ano, o fundo terá R\$ 300 milhões para repassar às escolas. "Mas é necessário que as escolas se associem a uma entidade para receber os recursos. Vamos forçar a escola a ser uma unidade executora", afirmou o ministro.

Os critérios de distribuição dos recursos estão em estudos e devem ser anunciados em fevereiro. As escolas terão um prazo de dois meses para se associar a uma entidade privada, representativa da população, que tenha conta bancária para receber os recursos. Existem hoje, no Brasil, 25 mil associações de pais e mestres e caixas escolares que já receberam recursos no ano passado. Segundo o ministro, alguns estados — como Minas Gerais e Paraná — já estimulam as escolas da rede pública a formarem associações. "Queremos que o mesmo aconteça em todo o país", disse Paulo Renato. A distribuição será realizada com base nas informações do Censo Escolar e do IBGE.

Nos próximos dois anos, o ministério vai repassar diretamente para as escolas os recur-



Paulo Renato Sousa quer maior controle da sociedade sobre as verbas liberadas pelo MEC para escolas

ministro também anunciou aos secretários que será feito um convênio com estados e municípios para que recebam a verba da merenda nos primeiros 45 dias de aula. A partir daí, os municípios devem apresentar a prestação de contas do ano passado para receber a nova remessa. Durante a reunião, Paulo Renato cobrou a implantação nos estados do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, aprovado no final de 1996. A lei determina que 15% dos

ser aplicados na educação — sejam destinados a um fundo para aplicação no ensino fundamental. Desse total, 60% devem ser usados para melhorar o salário dos professores.

Transição — Os estados têm carência de um ano para implantar o fundo, mas, segundo o ministro, vários governadores devem antecipá-lo para o segundo semestre deste ano — é o caso de Ceará, Goiás, Minas Gerais e Pará. "Este é um ano de transição. É preciso adaptar os orçamentos estaduais e muni-

qualidade da educação", afirmou. O fundo deve movimentar mais de R\$ 12 bilhões.

O ministro disse também que o piso salarial dos professores precisa ser elevado em todo o país. O secretário de Educação do Rio, Fernando Pinto, disse que o piso salarial dos 90 mil professores do estado é um dos menores do país — está em torno de R\$ 212 — e o maior salário é de cerca de R\$ 620. Segundo ele, um grupo de técnicos das secretarias de Educação e Planejamento estuda a possibilidade